

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E VISUAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Guilherme Gomes da Macena; Guilherme.macena.gomes@gmail.com;

Universidade Federal de Sergipe

Ruth do Nascimento Reis; ruthnascimentoreis28@gmail.com;

Universidade Federal de Sergipe

Eliomar Oliveira da Silva; eliomamararipina@gmail.com;

Universidade Federal de Sergipe

Jean Alves de Araujo; jeanarj1010@gmail.com;

Universidade Federal de Sergipe

Glenda Lídice Cortez Marinho Silva; glendamarinho@academico.ufs.br;

Universidade Federal de Sergipe

Modalidade: Artigo

Área Temática: Educação Inclusiva, Equidade e Acessibilidade Digital.

Resumo

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior constitui um tema central no campo dos direitos humanos e das políticas educacionais, especialmente diante do histórico de exclusão social desse grupo. Apesar do crescimento do número de matrículas nas últimas décadas, ainda persistem desafios relacionados ao acesso, permanência e qualidade da formação acadêmica desses estudantes. O presente estudo teve como objetivo analisar os avanços e os obstáculos enfrentados por estudantes com deficiência auditiva e visual nos cursos de graduação no Brasil, a partir da produção científica disponível. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada por meio da identificação, seleção e análise de estudos científicos nas bases SciELO, Portal CAPES, ScienceDirect, BVS e PePSIC, com complementação no Google Acadêmico. Inicialmente foram identificados dez estudos, dos quais quatro foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, resultando em uma amostra final composta por seis artigos analisados na íntegra. Os resultados indicam que, embora haja ampliação das matrículas, sobretudo em instituições privadas, persistem limitações relacionadas à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica, além da presença de barreiras atitudinais no ambiente acadêmico. Observam-se também dificuldades no convívio acadêmico e resistência de parte do corpo docente na implementação de

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



adaptações pedagógicas. Conclui-se que os avanços legais e quantitativos não garantem, por si só, uma inclusão efetiva, sendo necessário que as instituições de ensino superior promovam adaptações estruturais, capacitação docente e fortalecimento das políticas institucionais de apoio à inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade; ensino superior; equidade; inclusão educacional

Introdução

Historicamente, a exclusão de pessoas com deficiência das instituições de ensino esteve diretamente associada ao estigma social, à marginalização desses indivíduos e à inexistência de políticas educacionais voltadas para a promoção da equidade e da inclusão. Durante longos períodos, a deficiência foi compreendida sob uma perspectiva assistencialista ou excludente, o que contribuiu para a negação do direito à educação em diferentes níveis de ensino (Pereira; Albuquerque, 2017).

Somente nas últimas décadas observou-se uma ampliação gradual do acesso dessas pessoas à Educação Superior, resultado de avanços legais e de políticas públicas específicas. No entanto, apesar desse progresso, ainda persistem inúmeros desafios relacionados à qualidade do ensino ofertado, à permanência dos estudantes com deficiência nas instituições e à garantia de condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico. Entre os anos de 2000 e 2010, registrou-se um aumento expressivo de 933,6% nas matrículas de estudantes com deficiência no Brasil, com predominância nas instituições privadas, evidenciando um avanço quantitativo relevante, embora desigual (Calheiros; Fumes, 2016).

Apesar desse crescimento significativo no número de matrículas, diversos obstáculos continuam a comprometer a efetiva inclusão desses estudantes no ensino superior. Problemas como a inadequação da acessibilidade arquitetônica, a presença de barreiras atitudinais e a precarização do ensino ainda são recorrentes no cotidiano acadêmico. Além disso, o desconhecimento por parte de professores e gestores sobre métodos de ensino adaptados e formas adequadas de comunicação limita o processo de aprendizagem, comprometendo o desempenho acadêmico e o sentimento de pertencimento desses estudantes (Mendes; Bastos, 2016).

Torna-se evidente a necessidade de ações que ultrapassem a simples garantia de acesso, priorizando também a promoção de uma aprendizagem de qualidade e socialmente inclusiva. A exclusão das pessoas com deficiência possui raízes históricas profundas, construídas ao longo do tempo por meio de práticas marcadas pela segregação, pela estigmatização e por diferentes formas de violência simbólica e física (Freitas et al., 2017).

O presente estudo tem como objetivo identificar, sistematizar e analisar, a partir da literatura científica disponível, informações relevantes sobre a evolução do processo de inclusão de pessoas com deficiência auditiva e visual nos cursos de graduação no Brasil. Busca-se compreender como esse processo tem se desenvolvido ao longo do tempo, considerando os avanços legais, institucionais e pedagógicos que influenciam o acesso, a permanência e a participação desses estudantes no ensino superior (Duarte et al., 2013).

A análise da produção acadêmica permite mapear as principais conquistas alcançadas, bem como os desafios ainda existentes, relacionados à acessibilidade física, comunicacional e pedagógica, à atuação docente e às políticas públicas educacionais. Além disso, o objetivo



contempla a identificação de lacunas na implementação de práticas inclusivas, evidenciando de que forma as instituições de ensino superior têm respondido às demandas específicas de estudantes com deficiência auditiva e visual. Ao reunir e discutir essas informações, o estudo pretende contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a temática, oferecendo subsídios teóricos que possam orientar ações, reflexões e estratégias voltadas ao fortalecimento da inclusão educacional no contexto universitário brasileiro. Desse modo, busca promover maior equidade, respeito à diversidade e garantia do direito à educação (Pereira; Albuquerque, 2017).

Fundamentação Teórica

Na Antiguidade, esses indivíduos eram frequentemente percebidos como desviantes dos padrões considerados normais, sendo associados a crenças de maldição, castigo divino ou imperfeição, o que resultava, em muitos casos, no abandono social ou até mesmo no extermínio. Esse cenário reflete uma organização social que valorizava a força física e a utilidade produtiva, relegando à marginalização aqueles que não correspondiam a tais expectativas (Nogueira; Oliver, 2018).

Na Idade Média, embora as práticas de extermínio tenham diminuído, a exclusão manteve-se sob novas formas, sobretudo em razão da forte influência da Igreja Católica, que passou a enquadrar as pessoas com deficiência como objetos de piedade e caridade, reforçando sua dependência e afastamento da participação plena na vida social. Essa concepção, ainda que menos violenta em termos físicos, contribuiu para a manutenção da segregação ao não reconhecer esses sujeitos como detentores de direitos (Freitas et al., 2017).

Posteriormente, com as transformações sociais e políticas, emergiu o conceito de integração, que representou um avanço limitado ao buscar a inserção dessas pessoas nos espaços sociais e educacionais, desde que se adaptassem aos padrões vigentes. Contudo, essa perspectiva não promoveu mudanças estruturais nos sistemas sociais e educacionais, transferindo ao indivíduo a responsabilidade pela adaptação e desconsiderando as barreiras existentes, o que manteve, de forma velada, os processos históricos de exclusão (Mendes; Bastos, 2016).

Diante desse contexto histórico e social, torna-se cada vez mais imprescindível que a sociedade se organize e se adapte de maneira consciente e responsável para atender, de forma adequada, às necessidades específicas que compõem a ampla diversidade humana. O movimento de inclusão, fundamentado nos princípios dos direitos humanos e nos valores que sustentam a democracia, defende que as limitações individuais não devem, em hipótese alguma, ser utilizadas como justificativa para a restrição, negação ou diminuição de direitos, uma vez que tais limitações não anulam a dignidade nem a capacidade de participação social dos indivíduos (Brasil, 2013).

Nesse cenário, a educação assume um papel central e transformador na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos excludente, ao garantir o acesso ao conhecimento, favorecer o desenvolvimento humano integral e possibilitar a participação social plena, consciente e cidadã de todos os sujeitos, respeitando suas diferenças e potencialidades (Freitas et al., 2017).

A educação de pessoas com deficiência ainda enfrenta desafios históricos que refletem práticas segregativas do passado. Embora tenham ocorrido avanços legais e a implementação

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



de políticas inclusivas, o número de pessoas com deficiência no Ensino Superior permanece reduzido. A criação de núcleos de apoio nas instituições de ensino representa uma tentativa de oferecer suporte pedagógico e curricular; entretanto, muitas dessas iniciativas apresentam limitações quanto à adesão e à eficácia, não sendo suficientes para atender à crescente demanda. Dados apontam que barreiras estruturais e culturais continuam a dificultar tanto o acesso quanto a permanência desses estudantes, evidenciando a necessidade de um processo bidirecional de adaptação entre os indivíduos e a sociedade, a fim de assegurar igualdade de oportunidades e respeito à diversidade (Nogueira; Oliver, 2018).

Nesse sentido, a inclusão educacional de pessoas com deficiência configura-se como um movimento relativamente recente no campo das políticas educacionais e sociais, porém absolutamente essencial para a efetivação dos direitos humanos e para o pleno exercício da cidadania. Embora sejam reconhecidos avanços importantes nas últimas décadas, ainda persistem desafios expressivos relacionados à acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, bem como à permanência dos estudantes e à qualidade do ensino ofertado.

A educação, enquanto direito fundamental e socialmente assegurado, constitui-se como uma ferramenta indispensável para romper com processos históricos de exclusão e marginalização, além de promover a inserção dessas pessoas na sociedade de forma efetiva, digna e participativa. Dessa maneira, o compromisso contínuo das instituições de ensino, aliado à conscientização e ao engajamento da sociedade como um todo, mostra-se indispensável para a consolidação e o fortalecimento de um sistema educacional que seja, de fato, democrático e verdadeiramente inclusivo (Duarte et al., 2013).

A trajetória histórica das pessoas com deficiência é marcada por processos contínuos de exclusão social, que se refletiram de forma direta no acesso à educação. Durante séculos, a deficiência foi associada a concepções negativas, resultando em práticas de segregação, tutela e negação de direitos. Essas visões influenciaram a organização dos sistemas educacionais, que, por muito tempo, não consideraram a diversidade humana como parte constitutiva do processo educativo, especialmente no ensino superior (Calheiros; Fumes, 2016).

Com o fortalecimento dos debates sobre direitos humanos, emerge o conceito de inclusão educacional, que propõe uma mudança estrutural na forma como a educação é concebida. Diferentemente da integração, que busca adaptar o indivíduo aos padrões existentes, a inclusão parte do princípio de que é a sociedade e, consequentemente, as instituições de ensino que devem se reorganizar para atender às necessidades de todos. Nesse contexto, o ensino superior assume papel fundamental na promoção da cidadania, da autonomia e da participação social das pessoas com deficiência (Brasil, 2013).

Apesar dos avanços normativos e do crescimento no número de matrículas, a literatura aponta que a inclusão no ensino superior ainda enfrenta desafios significativos. Barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais continuam presentes, dificultando a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes. A falta de acessibilidade, aliada à resistência de parte do corpo docente em realizar adaptações metodológicas e avaliativas, evidencia que a inclusão não se concretiza apenas com o ingresso do estudante na instituição (Pereira; Albuquerque, 2017).

Dessa forma, este estudo se fundamenta nos constructos de inclusão educacional, acessibilidade, equidade e políticas públicas. A efetivação da inclusão no ensino superior

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



exige um compromisso institucional contínuo, baseado em mudanças estruturais, formação de profissionais e valorização da diversidade, assegurando condições justas de acesso, permanência e aprendizagem para todos (Mendes; Bastos, 2016).

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica com o objetivo de identificar e analisar artigos científicos relacionados ao tema proposto. A coleta de dados foi realizada em diversas bases de dados, incluindo SciELO, Portal CAPES, BVS/MS, ScienceDirect e PePSIC, por serem fontes reconhecidas na divulgação de produções científicas na área. O processo de seleção dos estudos seguiu as recomendações do protocolo PRISMA para revisões sistemáticas (Page et al., 2021), o que permite maior organização, transparência e rigor na escolha dos artigos analisados.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos no estudo artigos publicados a partir de 2013, considerando a disponibilidade de estudos e a escassez de produções mais recentes sobre o tema. Foram analisadas publicações tanto em português quanto em inglês, com o objetivo de ampliar a abrangência da pesquisa e evitar limitações quanto ao idioma. Artigos como relatos de casos, revisões de literatura e monografias foram excluídos por não atenderem aos critérios específicos de inclusão estabelecidos para esta análise.

Procedimento de Busca

No Google Acadêmico, foram encontrados alguns artigos relacionados ao tema, dos quais foram selecionados dois artigos que atendiam aos critérios de inclusão. Na base de dados SciELO, foram identificados dois artigos, que foram incluídos na análise. No Portal CAPES, foram encontrados dois artigos, mas todos foram descartados por não atenderem aos critérios de classificação definidos para o estudo. No ScienceDirect, foram identificados dois artigos, que foram incluídos na análise. Na base PePSIC, um artigo foi localizado, porém, foi excluído por não seguir os critérios de inclusão. Por fim, na BVS/MS, realizou-se a busca, mas não foram encontrados estudos que atendessem aos critérios estabelecidos.

A busca foi realizada utilizando palavras-chave relacionadas ao tema do estudo, como “inclusão no ensino superior”, “deficiência auditiva”, “deficiência visual” e “acessibilidade educacional”, o que ajudou a encontrar artigos mais adequados para a pesquisa. É importante destacar que a quantidade de estudos encontrados foi relativamente pequena, o que mostra que ainda há pouca produção científica sobre o tema, reforçando a importância deste trabalho.

Análise dos Dados

Após a coleta, os artigos selecionados foram revisados e analisados conforme os objetivos do estudo, sendo realizada a leitura completa dos trabalhos selecionados. Os dados foram sintetizados para identificar temas e padrões relevantes, que embasam as discussões e conclusões deste trabalho, além de permitir a identificação de convergências, divergências e possíveis lacunas na literatura.

Dessa forma, a análise não se limitou à descrição dos estudos, mas buscou uma interpretação mais crítica dos resultados, considerando suas contribuições, limitações e implicações dentro do contexto abordado.

Resultados



O processo de seleção e inclusão dos artigos foi conduzido de maneira sistemática, criteriosa e estruturada em etapas bem definidas, com o objetivo de assegurar a qualidade metodológica e a relevância científica dos estudos analisados. Inicialmente, realizou-se uma avaliação preliminar dos artigos identificados, na qual aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos foram excluídos, resultando na eliminação de 2 dos 10 artigos inicialmente encontrados. Esse processo inicial demonstra a aplicação rigorosa dos critérios metodológicos definidos, contribuindo para a confiabilidade dos resultados obtidos.

Em seguida, procedeu-se à leitura detalhada dos títulos e resumos dos 8 artigos remanescentes, considerando de forma rigorosa os critérios de seleção definidos para a pesquisa. Após essa etapa de triagem inicial, foram selecionados 6 artigos para a leitura na íntegra, permitindo uma análise mais aprofundada quanto à adequação metodológica, aos objetivos propostos e à contribuição científica de cada estudo. Dessa forma, a amostra final da pesquisa foi composta por 6 estudos que atenderam plenamente aos critérios de seleção, sendo considerados aptos para compor o corpus de análise do presente trabalho. A tabela 01 demonstra os principais achados na literatura sobre a temática.

Tabela 01. Caracterização dos estudos analisados sobre a inclusão de pessoas com deficiência auditiva e visual nos cursos de graduação no Brasil.

Autor	Ano	Tema principal	Principais achados
Calheiros; Fumes	2016	Inclusão de PcD na universidade	Falta de recursos pedagógicos e barreiras atitudinais
Mendes; Bastos	2016	Inclusão no ensino superior	Necessidade de apoio institucional
Freitas et al.	2017	Políticas de inclusão	Importância das políticas públicas
Nogueira; Oliver	2018	Núcleos de acessibilidade	Relevância dos núcleos institucionais
Duarte et al.	2013	Inclusão universitária	Barreiras estruturais persistentes

Fonte: Autores (2026)

Segundo Calheiros e Fumes (2016), percebe-se que, embora as instituições de ensino superior disponibilizem vagas nos cursos de graduação destinadas a pessoas com deficiência, ainda há uma limitação significativa de recursos adequados que garantam condições efetivas de integração e comunicação desses estudantes no ambiente acadêmico. Isso indica que o acesso ao ensino superior não garante, necessariamente, a permanência com qualidade e inclusão efetiva.

A falta de instrumentos, adaptações e estratégias apropriadas dificulta a interação com



colegas, professores e demais integrantes da comunidade universitária, comprometendo não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também as relações sociais no espaço institucional. Essa lacuna estrutural e organizacional acaba por fragilizar as práticas inclusivas, impedindo que os estudantes com deficiência se sintam plenamente acolhidos, reconhecidos e inseridos em um contexto acadêmico que permanece, em sua maioria, constituído por pessoas sem deficiência, o que contribui para a manutenção de desigualdades e barreiras à inclusão (Duarte et al., 2013).

Outro ponto relevante diz respeito às dificuldades vivenciadas no convívio cotidiano com os colegas de turma, afetando participação e desempenho dos estudantes com deficiência. Em diversas situações, esses alunos acabam sendo expostos a constrangimentos, atitudes discriminatórias ou contextos opressivos que comprometem seu bem-estar, sua participação e seu desempenho no ambiente universitário (Brasil, 2013). Esse aspecto evidencia que as barreiras enfrentadas não são apenas estruturais, mas também sociais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental o papel dos professores como mediadores dessas relações, cabendo a eles intervir de forma ética e responsável, promovendo o respeito, o diálogo e a valorização da diversidade, além de buscar estratégias para minimizar e contornar situações de exclusão.

Ademais, os docentes devem realizar as adaptações pedagógicas necessárias, considerando as especificidades de cada estudante, a fim de assegurar a participação plena e efetiva desses alunos nas atividades acadêmicas, em condições de igualdade com os demais, conforme apontado por Calheiros e Fumes (2016).

Contudo, nem todos os docentes atuam de maneira sensível e comprometida com os princípios da inclusão. Em alguns casos, observa-se uma postura de descrença ou minimização em relação à deficiência apresentada pelos estudantes, o que acaba resultando na ausência ou insuficiência de adaptações pedagógicas no contexto da sala de aula. Essa falta de suporte adequado compromete a inclusão plena (Pereira; Albuquerque, 2017). Essa realidade demonstra que ainda existem lacunas na formação docente voltadas à educação inclusiva.

Como consequência, tais barreiras contribuem para o aumento dos índices de reprovação e evasão, impondo aos estudantes com deficiência a necessidade de despendere esforços adicionais para acompanhar as demandas acadêmicas. Além disso, essa realidade também exige empenho por parte dos colegas de classe, que muitas vezes precisam colaborar para que seja possível a permanência desses estudantes no ambiente de ensino (Calheiros; Fumes, 2016).

Em resposta a essa realidade, algumas instituições de ensino superior passaram a adotar iniciativas relevantes com o objetivo de minimizar as barreiras enfrentadas pelos estudantes com deficiência, essas ações representam avanços importantes, embora ainda sejam insuficientes para garantir uma inclusão plena. Entre essas ações, destaca-se a oferta de cursos básicos de Língua Brasileira de Sinais (Libras), financiados pela própria instituição e direcionados a membros dos órgãos administrativos, visando ampliar a comunicação e o atendimento a esses alunos. Além disso, foram implantados o Núcleo de Apoio Pedagógico e o Núcleo de Apoio ao Aluno, com a finalidade de oferecer suporte acadêmico e institucional (Brasil, 2013; Brasil, 2007; Brasil, 2005).

Contudo, apesar de representarem avanços importantes, tais iniciativas ainda se mostram insuficientes para atender plenamente às demandas existentes e para garantir a



efetivação de um processo de inclusão que seja abrangente e verdadeiramente eficaz no contexto do ensino superior (Nogueira; Oliver, 2018).

De acordo com Duarte et al. (2013), verifica-se que há maior presença de estudantes com deficiência em instituições de ensino superior privadas em comparação às públicas. Nota-se que diversos fatores contribuem para a entrada e permanência dessas pessoas no ensino superior, destacando-se a importância da rede de apoio, dos professores e da própria estrutura oferecida pelas instituições.

Apesar disso, esses estudantes ainda enfrentam preconceitos e a ausência de materiais adequados, evidenciando inúmeros desafios para a efetivação da inclusão nas IES. As legislações existentes, embora necessárias para orientar os trabalhos pedagógicos, mostram-se insuficientes para garantir aos estudantes com deficiência a conclusão da graduação (Calheiros; Fumes, 2016).

Adicionalmente, foi identificado que alguns professores apresentam significativa resistência em realizar as adequações necessárias para atender esses alunos, demonstrando falta de compreensão acerca das necessidades específicas de cada estudante. Esses dados reforçam que as metodologias de ensino adotadas e o relacionamento em sala de aula podem ser fatores determinantes que colocam os estudantes em desvantagem no processo de aprendizagem (Mendes; Bastos, 2016).

Freitas et al. (2017) destacam que, com a implementação de novas normas e legislações voltadas para a educação, torna-se cada vez mais perceptível o esforço do ensino superior em valorizar a diversidade e estimular a evolução das políticas de integração, garantindo maior inclusão de grupos historicamente marginalizados. Um exemplo relevante desse movimento é a Lei nº 13.409/2016, que promoveu alterações significativas no texto original de 2012, estabelecendo a política de cotas no âmbito das instituições federais de ensino superior. Essa lei não apenas assegura vagas específicas para pessoas com deficiência, como também contempla indivíduos negros, pardos, indígenas e estudantes provenientes de escolas públicas, especialmente aqueles com menor condição socioeconômica. Dessa forma, reforça o compromisso do Estado com a democratização do acesso à educação de qualidade e a redução das desigualdades históricas no país (Duarte et al., 2013).

Essa iniciativa legal resultou em um aumento significativo no número de matrículas de estudantes com deficiência nas instituições, embora a representatividade desse grupo ainda permaneça inferior à metade da população de pessoas com deficiência no país, indicando que há desafios a serem superados para alcançar a plena inclusão. Para apoiar essa política, universidades e institutos federais públicos contam com o Programa Incluir, criado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), que oferece suporte financeiro destinado à implementação de adaptações arquitetônicas, à capacitação de profissionais e à aquisição de tecnologias assistivas. Essas ações visam garantir condições de acessibilidade completas, permitindo que estudantes com deficiência tenham participação efetiva e equitativa em todas as atividades acadêmicas, fortalecendo assim o compromisso das instituições com a inclusão e a promoção da igualdade de oportunidades (Freitas et al., 2017).

Para Nogueira e Oliver (2018), é possível perceber um aumento significativo no número de pessoas com deficiência (PcD) matriculadas em instituições de ensino superior a partir do ano 2000, com uma tendência de crescimento contínuo e consistente entre 2009 e 2015. Esse avanço no acesso à educação superior está diretamente relacionado à



implementação de políticas públicas e programas governamentais voltados à democratização do ensino, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que oferece bolsas integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (Brasil, 2005).

Contudo, segundo os dados do Censo Educacional de 2016, observa-se que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão, o percentual de estudantes com algum tipo de limitação funcional matriculados tanto no Ensino Básico quanto no Ensino Superior ainda se mantém bastante reduzido. Especificamente, esses estudantes representam apenas 2% do total de ingressantes na educação básica e cerca de 0,99% dos novos matriculados no ensino superior, evidenciando que a inclusão plena ainda enfrenta desafios significativos no país (Nogueira; Oliver, 2018).

Foi novamente observado que o número de alunos com deficiência matriculados em instituições de ensino superior privadas supera o das instituições públicas. Esse fenômeno pode ser explicado por uma combinação de fatores. Entre eles, destaca-se o elevado nível de concorrência nos processos seletivos das instituições públicas, que dificulta o ingresso desses estudantes. Além disso, muitas universidades públicas ainda não contam com políticas de cotas específicas voltadas para pessoas com deficiência, enquanto as instituições privadas apresentam maior flexibilidade nesse sentido.

Outros fatores relevantes incluem a ampla oferta de cursos noturnos nas instituições privadas, que favorece a conciliação dos estudos com atividades profissionais, a possibilidade de acesso a bolsas de estudo por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e a facilidade de obtenção de financiamento estudantil pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), fatores que tornam o ingresso e a permanência mais acessíveis para esse grupo de estudantes (Duarte et al., 2013).

De modo geral, os resultados evidenciam que, embora existam avanços importantes relacionados à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, ainda persistem limitações significativas, especialmente no que se refere à acessibilidade pedagógica, estrutural. Observa-se que a presença desses estudantes nas instituições não garante, por si só, uma inclusão efetiva, sendo necessário o fortalecimento de práticas institucionais mais consistentes. Além disso, a quantidade reduzida de estudos encontrados indica que a temática ainda carece de maior aprofundamento na literatura científica.

Discussão

Para garantir igualdade de condições com os demais estudantes, é necessário prover os meios adequados que promovam inclusão. É fundamental refletir e intervir, juntamente com os órgãos competentes e a comunidade acadêmica, para que as instituições se adequem estruturalmente, criando condições favoráveis que assegurem o acesso efetivo desses universitários e universitárias à educação superior (Calheiros; Fumes, 2016). A tabela 02 apresenta as dimensões da inclusão e sua complexidade de atuação.

Tabela 02. Principais desafios e estratégias para a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.

Dimensão da inclusão	Problemas identificados na literatura	Evidências / autores	Implicações para o ensino superior	Estratégias recomendadas
Acessibilidade estrutural	Falta de adaptações arquitetônicas e tecnologias assistivas.	Freitas et al. (2017)	Dificulta mobilidade e participação plena nas atividades acadêmicas.	Investimento em infraestrutura acessível, equipamentos adaptados e tecnologias assistivas.
Acessibilidade pedagógica	Ausência de adaptações metodológicas e avaliativas	Calheiros; Fumes (2016)	Compromete o processo de ensino-aprendizagem e o desempenho acadêmico.	Formação docente em educação inclusiva e flexibilização curricular.
Barreiras atitudinais	Resistência ou desconhecimento por parte de docentes e comunidade acadêmica.	Calheiros; Fumes (2016)	Gera exclusão simbólica e dificuldades no convívio acadêmico.	Programas institucionais de sensibilização e formação continuada.
Políticas públicas de inclusão	Implementação parcial de programas e legislações.	Pereira; Albuquerque (2017)	Limita a efetividade das políticas inclusivas nas instituições.	Fortalecimento de políticas institucionais e monitoramento das ações inclusivas.
Acesso ao ensino superior	Desigualdade entre instituições públicas e privadas.	Duarte et al. (2013)	Diferenças na oferta de recursos e oportunidades de permanência.	Ampliação de políticas de financiamento e programas de apoio estudantil.
Acessibilidade comunicacional	Falta de intérpretes de Libras e recursos	Brasil (2013)	Dificulta a participação de estudantes surdos	Implementação efetiva de intérpretes de



de comunicação
acessível.

nas atividades
acadêmicas.

Libras e
recursos de
comunicação
inclusiva.

Fonte: Autores (2026)

Portanto, torna-se imprescindível que as instituições de ensino superior intensifiquem seus esforços, implementem medidas estruturais e promovam capacitações para professores e demais membros da comunidade acadêmica. Essas ações garantem um ambiente acadêmico inclusivo, que respeite as especificidades de cada estudante e assegure seu pleno direito à educação.

É necessário, portanto, adaptar os recursos pedagógicos, estratégias de ensino e procedimentos, bem como modificar os instrumentos de avaliação, assegurando que sejam adequados às condições visuais desses educandos e promovam o acesso efetivo ao conhecimento (Calheiros; Fumes, 2016).

Por outro lado, as instituições privadas e comunitárias enfrentam obstáculos significativos ao tentar garantir acessibilidade, uma vez que não contam com o mesmo volume de recursos financeiros disponíveis para as universidades públicas. Essa limitação econômica dificulta a adoção de adaptações físicas, aquisição de tecnologias assistivas e implementação de programas de capacitação, tornando mais complexa a promoção de uma inclusão completa e efetiva dentro desses ambientes educacionais (Freitas et al., 2017).

Pereira e Albuquerque (2017) enfatizam a relevância da implementação de leis e políticas presentes na Constituição Federal que promovem a inclusão educacional. Dentre as legislações destacadas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei Federal nº 11.096/2005 (Brasil, 2005), objetiva conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior.

Além disso, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criada pelo Decreto nº 6.096/2007 (Brasil, 2007), fez parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contribuindo para a ampliação do acesso às universidades públicas. Contudo, o programa foi encerrado em 2012. Outro programa de destaque é o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, direcionado especificamente para pessoas com deficiência. Esse programa visa garantir o acesso pleno às instituições federais de ensino superior (IFES), promovendo a inclusão acadêmica ao eliminar barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (Brasil, 2013; Duarte et al., 2013).

O programa Incluir foi estruturado para atender integralmente às disposições previstas nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, com o objetivo de promover acessibilidade plena e garantir o direito à educação para todos. O decreto nº 5.296/2004 estabelece normas gerais e critérios básicos para a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, de comunicação e de transporte, garantindo que pessoas com deficiência possam se deslocar e participar de atividades em igualdade de condições com os demais.

Já o decreto nº 5.626/2005 define a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como componente curricular obrigatório, assegurando que estudantes surdos tenham acesso à informação e à comunicação dentro das instituições de ensino. Por meio dessas diretrizes, o



programa Incluir possibilita que intérpretes de Libras, devidamente capacitados e qualificados, atuem em salas de aula, reuniões e demais atividades acadêmicas, garantindo que esses alunos participem de maneira plena e efetiva de todos os processos educacionais.

Apesar desses esforços, a implementação efetiva ainda enfrenta desafios práticos, como a escassez de intérpretes e desigualdades de infraestrutura entre instituições públicas e privadas, o que limita a inclusão plena na prática. Dessa forma, a iniciativa não apenas cumpre as exigências legais, mas também promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e equitativo, contribuindo para que a educação superior seja acessível e significativa para todos os estudantes, independentemente de suas condições de comunicação ou mobilidade (Brasil, 2007; Brasil, 2013).

Considerações finais

Os desafios e avanços relacionados à inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino superior brasileiro indicam que, apesar do aumento no número de matrículas nas últimas décadas, persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva nas instituições de ensino superior.

A análise dos estudos selecionados evidencia que a ausência de recursos adequados, a limitação de tecnologias assistivas e a insuficiente capacitação docente constituem fatores que comprometem a permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Nesse contexto, torna-se fundamental que as instituições ampliem suas estratégias institucionais voltadas à acessibilidade e à inclusão, promovendo adaptações estruturais, pedagógicas e comunicacionais que assegurem igualdade de oportunidades no processo educacional.

Dessa forma, a consolidação de uma educação superior inclusiva depende do fortalecimento de políticas institucionais, da implementação efetiva das legislações vigentes e do investimento contínuo na formação de docentes e profissionais da educação. Tais medidas são essenciais para garantir que o direito à educação seja efetivamente assegurado a todos os estudantes, respeitando suas especificidades e promovendo ambientes acadêmicos mais equitativos e acessíveis.

Referências

Brasil. 2013. Ministério da Educação. Documento orientador: Programa Incluir-Acessibilidade na Educação Superior. Brasília.

Brasil. 2007. Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, 25 abr.

Brasil. 2005. Lei Federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Calheiros, D.; Fumes, N. 2016. A inclusão de universitários com deficiência em cursos de Educação Física na cidade de Maceió/AL. Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 523-539, jul.

Duarte, E.; Rafael, C. B.; Filgueiras, J. F.; Neves, C. A.; Ferreira, M. C. 2013. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL IDEA 2026

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 19, n. 2, p. 289–300, abr./jun.

Freitas, S.; Silva, M.; Souza, A. 2017. Inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na educação superior: um olhar a partir das políticas de inclusão. In: FREITAS, S. et al. (org.). Estudos contemporâneos em ciências jurídicas e sociais. Florianópolis: Dois Por Quatro, p. 79–97.

Mendes, H; Bastos, C. 2016. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. Revista Educação Especial, Santa Maria, v.29, n. 54, p. 189-202, jan./abr.

Nogueira, L; Oliver, F. 2018. Núcleos de acessibilidade em instituições federais brasileiras e as contribuições de terapeutas ocupacionais para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 4, p. 859-882.

Page, M. J.; Mckenzie, J. E.; Bossuyt, P. M.; Boutron, I.; Hoffmann, T. C.; Mulrow, C. D.; Shamseer, L.; Tetzlaff, J. M.; Akl, E. A.; Brennan, S. E.; Chou, R.; Glanville, J.; Grimshaw, J. M.; Hróbjartsson, Asbjørn; Lalande, P.; Li, T.; Loder, E; W.; MAyo-wilson, E.; Mcdonald, S.; Mcguinness, L. A.; Stewart, L. A.; Thomas, J.; Tricco, A. C.; Welch, V. A.; Whiting, P.; Moher, D. 2020. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, London, v. 372, n. 71.

Pereira, C; Albuquerque, C. 2017. A inclusão das pessoas com deficiência: panorama inclusivo no ensino superior no Brasil e em Portugal. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 3, p. 27-41, dez.